

# **Relatório do Grupo PPE**

**Número 12 / Dezembro de 2011**



## **Cimeira europeia – pode a confiança na Europa ser restaurada?**

***Gunnar Larsson***

«A confiança que desapareceu não pode ser restaurada de um dia para o outro», afirmou o presidente do Conselho Herman Van Rompuy ao reunir-se com os eurodeputados em Estrasburgo para debaterem o resultado da cimeira da semana anterior em Bruxelas. Os líderes europeus não conseguiram chegar a um acordo relativamente às alterações propostas ao Tratado, mas Van Rompuy emitiu uma nota positiva relativamente ao que tinha sido alcançado. Os países da zona euro vão continuar a construir o Pacto de Estabilidade e Crescimento e pode esperar-se que se juntem a eles a maior parte dos restantes Estados-Membros.

O presidente do Grupo PPE, Joseph Daul (F), declarou que o Conselho tinha efetuado os preparativos para a governação económica da zona euro. «O Conselho mostrou-nos que as dúvidas e divisões estão ultrapassadas e que chegou o momento de sair da crise. Ao adotar regras rígidas para regressar a um equilíbrio orçamental e reduzir a dívida pública, 26 dos 27 Estados-Membros provaram a sua vontade em regressar a uma política financeira sólida», afirmou.

Tanto Van Rompuy quanto Daul previram que os desafios legais face às medidas necessitavam que a confiança fosse restaurada e que a economia europeia fosse colocada novamente em ordem. Daul falou de solidariedade e do método comunitário. «Esta situação apresenta-nos não só alguns problemas legais, mas também políticos», afirmou. «Nas discussões que levarão à delimitação das novas disposições desde este momento até março, o meu Grupo quer que se realize tudo para envolver as Instituições Europeias nas negociações e, em particular, que o Parlamento execute o papel que lhe cumpre, assegurando a legitimidade democrática do processo.»

Há ainda muito a fazer além de colocar as finanças públicas novamente em ordem. «A União deve agora enfrentar o desafio de reforçar e expandir os seus negócios, as suas exportações e a competitividade, com a mesma energia e da mesma forma coordenada», afirmou o Sr. Daul.

## **O Prémio Sakharov vai para a Primavera Árabe**

*Pedro López de Pablo*

Na quarta-feira, o Parlamento Europeu concedeu o Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento a cinco membros da Primavera Árabe, como forma de reconhecimento e apoio ao seu compromisso com os direitos humanos.

Apesar de ter sido o Grupo PPE a propor em primeiro lugar os candidatos, estes foram apoiados por todos os grupos políticos na Câmara. Isto demonstrava o apoio unânime do Parlamento na luta pela liberdade, democracia e pelo fim dos regimes autoritários.

No evento, esteve presente a egípcia Asmaa Mahfouz, de 26 anos, que encorajou os jovens a manifestarem-se no centro do Cairo através de um vídeo publicado no Facebook. O líbio, Ahmed al-Zubair Ahmed al-Sanusi, também estava presente. É considerado o preso político mais antigo, tendo estado preso mais de 30 anos, acusado de conspiração contra o regime de Muammar al-Gadafi.

Durante a cerimónia, os eurodeputados prestaram tributo aos que perderam a vida na luta pela dignidade, como o tunisino Mohamed Bouazizi, que faleceu após ter-se incendiado a si próprio. Este ato desencadeou uma série de motins e protestos contra os 23 anos de governo do presidente Zine el Abidine Ben Alí.

A cerimónia foi marcada pela ausência de dois dos vencedores: Razan Zaitouneh, a jornalista e advogada que lutou para defender os direitos humanos na Síria, e o seu compatriota Ali Farzat, o famoso caricaturista de sátira política, que criticou o regime de Bashar al Asad com as suas caricaturas.

## **Análise da Presidência Polaca - a Europa necessita de mais método comunitário**

### ***Katarzyna Klaus***

Quarta-feira no Parlamento Europeu, o primeiro-ministro polaco Donald Tusk analisou os últimos seis meses da Presidência Polaca da UE. Numa atmosfera muito difícil marcada por discussões a propósito da necessidade de lidar de forma mais decisiva com a crise económica e das expectativas de uma ação forte por parte dos líderes europeus, a Presidência Polaca promoveu a agenda europeia e alcançou resultados significativos.

No debate sobre os resultados da Presidência Polaca, o presidente do Grupo PPE, Joseph Daul (F), afirmou: «A crise atual é uma oportunidade para os europeus recuperarem o entusiasmo, desde que consigam aprender as lições e mudar o que há para ser mudado. A Presidência Polaca ajudou-nos a realizar isto e a agir em conjunto de forma eficaz, respeitando ao mesmo tempo as opiniões de todos.»

«A Presidência Polaca tem prioridades ambiciosas. Economia dinâmica, abertura aos vizinhos e aos novos membros da UE, segurança nas dimensões militares e energéticas. Considero que a escolha destas prioridades foi correta. No entanto, a vida trouxe-nos condições difíceis para a sua implementação. Ocorreram mudanças nos vizinhos a Sul e a Norte. Tivemos de enfrentar uma crise financeira e económica. Apesar disso, a Presidência Polaca termina com a mensagem de que a resposta aos desafios internos e externos consiste em mais método comunitário e mais responsabilidade na Europa», afirmou Jacek Saryusz-Wolski, presidente da Delegação Polaca do Grupo PPE.

De entre os sucessos mencionados da Presidência Polaca, encontram-se a adoção do acordo relativo ao «pacote de seis propostas», o Fórum do Mercado Único e a Declaração de Cracóvia, a cimeira da Parceria Oriental, progresso com a patente europeia, a assinatura da Croácia do Tratado de Adesão à União Europeia e a adoção do primeiro mandato de negociação para que a CE mantenha as conversações a propósito da rede de gasodutos transcaspiana.

«A Polónia, tal como todos os países da Europa Central e Oriental, conhece melhor do que ninguém o preço da liberdade e a importância da solidariedade. A Polónia preferiu respeitar a opinião e competência de todos, sem procurar impor as suas próprias visões. Este é um exemplo que muitos Estados-Membros poderiam seguir», concluiu Joseph Daul.

## **Defesa: O impacto da crise financeira sobre o setor da defesa**

*Katarzyna Klaus*

O relatório relativo ao impacto da crise financeira sobre o setor da defesa nos Estados-Membros da UE foi adotado pela grande maioria dos eurodeputados na sessão plenária desta semana. No conjunto, os Estados-Membros gastam cerca de 200 mil milhões de euros por ano com a defesa, mas frequentemente de forma esbanjadora. Tendo em conta as medidas de austeridade orçamentais radicais, o relatório procura lançar um diálogo com os Estados-Membros de forma a incrementar a cooperação no campo da defesa.

O vice-presidente da Comissão da Segurança e da Defesa, Krzysztof Lisek, (PL) acolheu com agrado o resultado da votação plenária: «Ao votar a favor do relatório, os eurodeputados reconheceram que estamos a enfrentar um grande desafio no que diz respeito à cooperação na área da defesa. Existe uma tendência recente na maior parte dos Estados-Membros da UE para cortes radicais e descoordenados no orçamento da defesa. Isto requer uma ação urgente». O relatório sublinha que estas medidas podem ter um impacto negativo nas capacidades militares e na segurança dos cidadãos da UE. Deste modo, os eurodeputados solicitaram a melhoria da cooperação e reconheceram a necessidade de junção e partilha de capacidades. «Hoje em dia, a junção e partilha constituem uma necessidade. Precisamos de identificar tão depressa quanto possível as iniciativas mais promissoras e estratégicas de forma a reduzir os nossos custos», afirmou Krzysztof Lisek.

Em 2009, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, os Estados-Membros da UE confirmaram a sua intenção em cooperar na defesa, incrementado a PESD, ao abrigo da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD). Tendo em conta os desafios globais que a UE está a enfrentar e o ambiente de segurança cada vez mais imprevisível, nenhum Estado-Membro é capaz, por si só, abordar as ameaças que enfrentam.

«Ao pensar no nosso futuro, não podemos simplesmente dar-nos ao luxo de negligenciar necessidades básicas como a segurança e defesa em tempos de grande turbulência», concluiu Krzysztof Lisek.

## **Política Europeia de Vizinhança: É chegado o momento de agir!**

**Sandra Carreira**

Esta semana, o Parlamento Europeu adotou o relatório sobre a revisão da Política Europeia de Vizinhança (PEV) por uma grande maioria. A absoluta necessidade de defender os nossos valores fundamentais nas relações que mantemos com os países vizinhos da Europa é o principal objetivo deste relatório. A consolidação da segurança, a estabilidade democrática e a prosperidade dos países vizinhos da UE são as prioridades dos Planos de Ação da PEV.

Uma nova estratégia para a Política Europeia de Vizinhança, com o objetivo de 'dar o poder e a palavra aos cidadãos', às pessoas e às suas organizações, assim como às autoridades regionais e locais, será posta em prática pela UE, sendo adaptada às realidades socioeconómicas e políticas de cada país vizinho da UE.

Mário David (P), relator do Parlamento Europeu deste dossiê para a dimensão Sul, afirmou: «A UE deve realizar uma abordagem 'de baixo para cima' e uma Política de Vizinhança 'feita à medida', aumentando o seu apoio à capacitação institucional, à sociedade civil, e à vontade de iniciar processos de democratização, apoiando movimentos organizados empenhados nas mudanças democráticas positivas nos seus países: melhorando os direitos das mulheres e das crianças, em particular a participação cívica e política das mulheres, construindo e aprofundando os princípios democráticos da liberdade (de expressão, de associação, de imprensa, de escolha, etc.), eleições justas ou o combate à corrupção, o Estado de Direito, maior justiça social, o respeito pelas minorias, a proteção ambiental e eficiência dos recursos.»

«Também necessitamos de promover o auxílio económico imediato de forma a fomentar as mudanças socioeconómicas, que são condições prévias para uma estabilização e prosperidade sustentáveis. Resolvendo os problemas económicos dos nossos parceiros vizinhos a Sul estamos também a resolver parte dos nossos problemas de migração», concluiu.

## Prioridades da Política Europeia de Transportes

### *Greet Gysen*

Durante a última sessão plenária do ano, o Parlamento Europeu adotou um relatório sobre as prioridades para a Política de Transportes da UE para os próximos dez anos através de Mathieu Grosch (B), coordenador do Grupo PPE na Comissão dos Transportes e do Turismo.

Ao falar no plenário, o Sr. Grosch afirmou: «O transporte e a mobilidade são fundamentais para a economia europeia e, por isso, é importante possuímos um setor de transportes sustentável e competitivo.»

A segurança é um dos principais desafios. No relatório de Mathieu Grosch, o Parlamento Europeu pede uma redução de 50 % no número de mortes e lesões graves até 2020. Têm de ser introduzidas normas de segurança e proteção a nível europeu aplicáveis a todos os veículos.

Outro desafio abordado pelo relatório é o congestionamento nas áreas urbanas. O Sr. Grosch realçou a importância da promoção de transportes públicos respeitadores do ambiente para que o número de utentes duplique nos próximos 10 anos.

Segundo ele, uma co-modalidade eficiente deve ser o princípio orientador para a política de transportes: «O meio de transporte escolhido deve ser o mais eficiente em termos de economia, ambiente e segurança em vez de deslocar sistematicamente o transporte de mercadorias para caminhos de ferro ou por via marítima para distâncias superiores a 300 km, conforme proposto pela Comissão.»

«Para uma melhor ligação das diferentes regiões na Europa, os engarrafamentos têm de ser eliminados e as ligações transfronteiriças melhoradas. O financiamento europeu tem de destinar-se a um número limitado de projetos. As receitas da internacionalização dos custos externos de todos os meios de transportes podem reforçar esses fundos, mas apenas se estes forem reinvestidos na mobilidade e criação da rede de transportes», afirmou.

Por fim, Mathieu Grosch advertiu contra o protecionismo nacional: «A abertura do mercado dos transportes é da maior importância para o mercado único europeu, mas apenas se conduzir a serviços de melhor qualidade, e condições de formação e emprego que não afetem a segurança e proteção.»

## **FEG: beneficiar o setor da construção em Itália e a Renault em França**

*Francesco Frapiccini*

O Parlamento Europeu aprovou, esta semana, o pedido para a mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização por Trentino-Alto Adige/Südtirol (Itália) para o setor da construção de edifícios. O montante fornecido para este pedido é equivalente a aproximadamente 3 918 850 € para apoiar 528 trabalhadores pertencentes a 323 empresas.

O segundo pedido aprovado para a mobilização do FEG foi no setor automóvel para apoiar 3500 trabalhadores da Renault com 24,49 milhões de euros.

O FEG, instituído pela UE em 2006, é uma resposta concreta ao desemprego resultante da globalização e, enquanto medida temporária adotada em 2009, da crise económica e social. O apoio financeiro concedido pelo FEG tem um limite anual de 500 milhões de euros e está principalmente atribuído para assistência na procura de emprego, re-educação adaptada, promoção do empreendedorismo, apoio ao autoemprego e «complementos de rendimento» temporários especiais, como por exemplo: subsídios de procura de emprego, de mobilidade e formação, medidas para estimular trabalhadores desfavorecidos ou idosos a permanecer ou regressar ao mercado de trabalho, etc. O Fundo pode pagar até 65 % do custo total, sendo o restante pago pelo Estado-Membro, a região ou a autoridade local.

Barbara Matera (I), relatora permanente para o Parlamento no FEG, afirmou: «Mais uma vez, o Parlamento mostrou o compromisso da UE e a sua proximidade com as pessoas, porque este fundo ajudará significativamente trabalhadores vítimas da crise económica.»